

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.619 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

Uso de palavras estrangeiras sem tradução pode ser proibido

Comissão de Educação aprova, por unanimidade, substitutivo a projeto da Câmara dos Deputados que define normas de proteção da língua portuguesa. O texto será agora apreciado em Plenário



Fotos: Célio Azevedo
Palavra ou expressão escrita em língua estrangeira e destinada ao conhecimento público no Brasil deverá ser acompanhada dos termos correspondentes em língua portuguesa. É o que estabelece o substitutivo do senador Amir Lando a projeto da Câmara dos Deputados aprovado ontem pela Comissão de Educação. A proposta objetiva a promoção, proteção, defesa e uso da língua portuguesa, considerada parte do patrimônio cultural brasileiro.

PÁGINA 5

Vários integrantes da Comissão de Educação debateram a proposta para preservar a língua portuguesa, aprovada por unanimidade

CPI sugere processos contra 12 empresas

Relatório final da CPI do Roubo de Cargas, aprovado ontem, aponta 12 empresas e 156 pessoas, inclusive policiais, como envolvidas em crimes.

PÁGINA 3

CAS altera proposta de regulamentação do trabalho temporário

PÁGINA 4

Emoção na despedida de Alencar e Cabral

José Alencar, eleito vice-presidente da República, e Bernardo Cabral, que encerra seu mandato, despediram-se ontem do Senado, em clima de muita emoção.

PÁGINAS 8 E 9

Criação de município deve exigir análise técnica, estimativa de receita e plebiscito

CCJ acolhe proposta da Câmara para disciplinar emancipações

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou projeto de lei que estabelece novas regras para a criação de municípios. Entre outras exigências, será indispensável a elaboração de Estudo de Viabilidade Municipal.

PÁGINA 6



Juros podem elevar dívida mobiliária da União para R\$ 1,4 tri em 2005

Advertência está em relatório do TCU que integra parecer de Romero Jucá a ser apreciado pela Comissão Mista de Orçamento. Despesa pública com juros cresceu 336,4% em seis anos

A dívida pública mobiliária federal interna (títulos do Tesouro Nacional no mercado) poderá atingir a casa de R\$ 1,4 trilhão em 2005, somente pelo efeito da taxa doméstica de juros. A advertência consta de relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), ao analisar as contas do governo federal relativas ao exercício de 2001, quando as taxas de juros sinalizadas pelo Banco Central (BC), por meio do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), ainda estavam na faixa de 19% ao ano, contra os 22% atuais.

A advertência do TCU faz parte do parecer do relator da análise das contas da União, senador Romero Jucá (PSDB-RR), que será apreciado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), em reunião marcada para a próxima terça-feira, pelo seu presidente, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Segundo o relatório do TCU, na análise que fez sobre as contas da União, somente no período de dezembro de 2000 a dezembro de 2001, a dívida pública mobiliária federal interna (que exclui os créditos securitizados e os títulos da dívida agrária), passou de R\$ 528,7 bilhões para R\$ 670,2 bilhões, registrando um aumento de 26,8%, em termos nominais, e de 14,8% em termos reais.

O relatório destaca que, caso fosse mantida taxa de juros então praticada pelo Banco Central, de 19% ao ano (atualmente já elevada para 22%), a dívida interna dobraria num período de quatro anos (portanto, em 2005), somente pelo efeito da capitalização dos juros.

“Essa situação – destaca o relatório do TCU analisado por Jucá na Comissão de Orçamento – si-

naliza a pouca viabilidade da manutenção do atual patamar de juros, comprometendo a percepção da capacidade de solvência. Nesse sentido, dois aspectos necessitam ser observados para que a dívida não siga trajetória explosiva: a redução dos juros reais e a manutenção de superávits fiscais primários.”

TÍTULOS

Na análise das contas públicas de 2001, os ministros do TCU apontam com preocupação o aumento da participação de títulos indexados à variação cambial negociados pelo Tesouro, que passou de 22,5% no início de 2001, para 32,9% em outubro daquele ano, em vista de operações de *hedge* (seguro contra risco cambial) oferecidas pelo BC.

O relatório assinala que a despesa pública federal com juros cresceu 336,4% no período entre 1995 e 2001, contra um crescimento de 114,6% das despesas com previdência e assistência social; de

72,7% das despesas com pessoal; de 61,5% com saúde e saneamento; e de 27,1% das despesas com educação e cultura.

Segundo o relatório, os dispêndios com juros e amortizações da dívida pública total (incluindo dívida externa), no período de dezembro de 1994 a setembro de 2001, subiram de 3% para 9% do Produto Interno Bruto (PIB), sal-



Previsão foi feita com taxa de juros inferior à praticada atualmente pelo Banco Central

tando de US\$ 21,4 bilhões de dólares para US\$ 47,8 bilhões (um aumento de 123%, em dólar). Isso significa que o país usava 46,1% do que obtinha com suas exportações para pagar débitos em 1995 e chegou ao final de 2001 tendo de se utilizar de 82,3% das suas exportações para cobrir o serviço da dívida pública federal.

FRAGILIDADE

O relatório do TCU destaca a fragilidade do país diante de elevados déficits na conta de transações do balanço de pagamentos (reúne balanço comercial, de serviços e transferências unilaterais), que chegaram a US\$ 23 bilhões em 2001, equivalente a 4,61% do PIB. Déficits dessa magnitude vêm sendo cobertos com investimentos estrangeiros, remetendo o país a uma situação de passivo externo líquido, que passou de US\$ 195 bilhões em 1995, para US\$ 360 bilhões em 2001. Isso ocorre na forma de aumento de remessas de lucros e de pagamentos de juros a outros países, com dados referentes a estoque.

Parecer do relator-geral vai a exame na CMO

Além do parecer de Romero Jucá sobre a apreciação das contas da União relativas ao exercício de 2001, a Comissão Mista de Orçamento deverá também iniciar na próxima semana a discussão do parecer do relator-geral à proposta do Orçamento da União para 2003, senador Sérgio Machado (PMDB-CE). O senador deverá se reunir hoje e amanhã com as bancadas estaduais para discutir as emendas apresentadas aos relatórios setoriais e os termos do seu parecer final, que será discutido e votado naquela comissão ao longo da próxima semana.



Machado discute emendas com bancadas estaduais



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h30 – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; votação, em segundo turno, da PEC que altera inciso do artigo 159 da Constituição federal, criando percentual do IR e IPI para aplicação em universidades da Amazônia Legal; votação, em primeiro turno, da PEC que altera a redação do artigo 6º da Constituição federal, incluindo a alimentação nos direitos sociais; votação, em primeiro turno, da PEC que acrescenta inciso e parágrafo único ao artigo 49 e acrescenta inciso ao artigo 84 da Constituição federal, dando competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República relativas a atos internacionais; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera o inciso II do parágrafo 7º do artigo 201 da Constituição federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera a redação do parágrafo 2º do artigo 201 da Constituição federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de Previdência Social; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que altera o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição federal sobre destinação do salário-educação; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição federal, aprovando processo de demarcação de terras indígenas; PLC que altera Lei nº 9.871/99 que estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira; PR que solicita a retificação da resolução do Senado referente à contratação de operação de crédito entre o Brasil e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), destinada a financiar equipamentos para o Projeto Hemodialis; votação, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS que altera o artigo 43 da Lei Orgânica da Saúde, possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; entre outras matérias.

COMISSÕES

11h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

11h30 – CPI das ONGs. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Ramez Tebet cumprimenta Sarney em solenidade de lançamento de suas obras



Sarney autografa livros na Biblioteca do Senado

Com a presença do presidente do Senado, Ramez Tebet, parlamentares e admiradores, o senador José Sarney (PMDB-AP) autografou seus mais recentes livros, *Canto de Página* e *Saudades Mortas*, em solenidade realizada ontem, às 19 horas, na Biblioteca do Senado Federal.

Saudades Mortas, publicado pela editora Arx, um dos selos do grupo Siciliano, é mais um livro de poemas do escritor, jornalista, romancista e político. Autor de muitos títulos – entre eles o romance *O Dono do Mar*, com dez edições, traduzido para o francês, árabe, espanhol, grego e romeno –, Sarney gosta de dizer que o destino o converteu em político, mas sua vocação é ser escritor.

Em *Saudades Mortas*, o senador oferece ao leitor poemas inéditos sobre sua infância e adolescência no Maranhão. Na obra, fala dos cenários de sua vida, dos anseios de adolescente, dos seus paren-

tes e da descoberta do amor. A nostalgia, porém, nunca é mórbida. Ele trata de evocar a saudade sempre com os olhos no futuro.

Em *Canto de Página*, Sarney, que é membro da Academia Brasileira de Letras desde 1980, apresenta uma coletânea de artigos escritos entre 1996 e 1998 para sua coluna no jornal *Folha de S. Paulo*. O livro traz reflexões sobre assuntos variados, como violência, desemprego, eleições, privatizações, custo Brasil e, até mesmo, odontologia.

O senador iniciou sua vida profissional como jornalista em periódicos de São Luís, sua cidade natal. Tem mais de 30 obras publicadas, dentre elas *A Canção Inicial* (1952), *A Pesca do Curral* (1953), *Partidos Políticos* (1979), *Brejal dos Guajás* (1985). Lançou livros de poemas como *Maribondos de Fogo* e livros de crônicas como *A Onda Liberal na Hora da Verdade* (1999).

Comissão aprova projeto que incentiva o hábito da leitura

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem relatório do senador Antonio Carlos Junior (PFL-BA) favorável ao projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui a Política Nacional do Livro. A matéria segue para a Comissão de Educação, que pode aprová-la em decisão terminativa.

A proposta tem por objetivo assegurar que os cidadãos tenham acesso ao livro, considerado por Sarney “um meio insubstituível na difusão do conhecimento e na conservação do patrimônio cultural do país”. O senador espera que, com a sanção da lei, a edição de livros seja incentivada, levando ao aumento da produção intelectual de autores brasileiros e do hábito da leitura.

Para isso, a proposta autoriza o Poder Executivo a criar projetos

que tornem obrigatória a aquisição de livros por meio do Departamento Nacional do Livro da Biblioteca Nacional e que desenvolvam parcerias de incentivo à leitura. O projeto também sugere que o governo federal institua programas para a exportação e venda de livros brasileiros em eventos internacionais, com tarifas postais preferenciais para os livros nacionais.

MORADORES DE RUA

Em caráter terminativo, a CCJ aprovou projeto de lei de Antonio Carlos Junior que autoriza o governo federal a criar o Programa Especial de Ressocialização dos Moradores de Rua. De acordo com o projeto, relatado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), o programa deve ser financiado com recursos do Fundo de Combate à Pobreza.

CPI pede indiciamento de 156 pessoas por roubo de cargas

Relatório final da comissão parlamentar de inquérito, aprovado ontem por unanimidade, também sugere abertura de processo contra 12 empresas

O relatório final da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) criada para investigar o roubo de cargas no Brasil, aprovado ontem por unanimidade, sugere ao Ministério Público a abertura de processos contra 12 empresas e o indiciamento de 156 pessoas, entre elas o deputado distrital e deputado federal eleito José Fuscaldi Cesilio, conhecido por José Tatico (PSD-DF). A CPI, que também acolheu 11 recomendações ao Executivo, Legislativo e Judiciário, encaminhará propostas de alterações no Código Tributário Nacional, Código Penal e em duas leis ordinárias.

Além de sugerir ao Ministério Público o indiciamento do deputado Tatico por receptação qualificada de cargas roubadas, a CPI encaminhará à Corregedoria da Câmara Legislativa do Distrito Federal e à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados todas as notas taquigráficas das reuniões que trataram do roubo e receptação de cargas no DF. Também serão encaminhados todos os documentos obtidos durante as investigações.

Ao anunciar seu voto favorável à aprovação do relatório da CPI,

o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) pediu ao relator, deputado Oscar Andrade (PL-RO), que fosse incluída no resumo final dos trabalhos a relação dos indiciados e os motivos pelos quais houve o indiciamento dessas pessoas. O relator disse que os nomes só constarão no documento final, que deverá ser entregue aos parlamentares e à imprensa na próxima semana.

POLICIAIS

Oscar Andrade observou que as investigações mostraram o envolvimento de policiais com ladrões e receptadores de cargas. Ele citou como exemplo o caso de integrantes do Departamento de Investigações sobre Crimes Patrimoniais (Depatri), órgão da Polícia Civil de São Paulo, que formariam uma quadrilha com o objetivo de facilitar o roubo de cargas. O relatório final da comissão pede o indiciamento de 17 policiais lotados no Depatri.

– Foi através de inúmeras informações e ocorrências referentes a esses fatos que a CPI constatou forte ligação entre organizações criminosas e o roubo de car-



Relator da comissão, deputado Oscar Andrade (C), ressaltou envolvimento de policiais no crime

gas. Ficou constatado que são organizações apoiadas e estruturadas por uma logística, via de regra, acima da capacidade preventiva e repressiva do poder constituído – afirmou Andrade.

O deputado Robson Tuma (PFL-SP) cobrou das autoridades que implementem as propostas e tomem as providências sugeridas pela CPI. Ele também justificou a ausência do presidente da comissão, senador Romeu Tuma (PFL-SP), seu pai, que está em Nova York participando, como observador parlamentar, dos trabalhos da 57ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

Adiada votação do relatório sobre grilagem no DF

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) adiou para a próxima quarta-feira, dia 18, a votação do relatório do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que recomenda o indeferimento do pedido de investigação sobre grilagem de terras públicas no Distrito Federal, apresentado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL).

Moreira Mendes concluiu em seu relatório, lido na semana passada, que não havia provas que justificassem apuração pelo Senado, após analisar gravações telefônicas entre assessores do alto escalão do governo do Distrito Federal e o deputado distrital eleito Pedro Passos (PSD), acusado de suposta participação em negociações que envolvem a grilagem de terras no DF.

Moreira Mendes sugere que a CFC encaminhe ofício ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério Público da União para que

investiguem com rigor as denúncias e que mantenham informada a comissão sobre a existência de novos elementos que possam subsidiar futuras providências.

QUESTÃO DE ORDEM

O relatório de Moreira Mendes seria votado ontem, mas o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) levantou questão de ordem indagando sobre a legitimidade da reunião, realizada pela CFC semana passada, em que foi lido o relatório. O problema alegado pelo senador é que a reunião ocorreu no mesmo horário da ordem do dia da sessão plenária do Senado, o que não é permitido pelo Regimento Interno da Casa. Por esse motivo, Antero pediu o cancelamento daquela reunião, na qual foi concedida vista coletiva ao relatório de Moreira Mendes.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) argumentou que o pedido de cancelamento da reunião não era

necessário porque a CFC não votou a matéria, apenas concedeu vista coletiva. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) discordou das colocações de Jucá, lembrando que o regimento é claro ao vedar a realização de reuniões ordinárias de comissões permanentes no mesmo horário da ordem do dia. Heloísa Helena concordou com Jefferson e disse que o regimento tem de ser cumprido.

O presidente da CFC, senador Amir Lando (PMDB-RO), decidiu cancelar a última reunião do colegiado. Logo em seguida, com o objetivo de dar maior rapidez processual e restabelecer a ordem imposta pelo Regimento Interno, indicou como relator substituto o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e deu como lido o relatório de Moreira Mendes. Heloísa Helena pediu vista da matéria, que voltará a ser examinada na próxima quarta-feira.

CAS muda projeto sobre trabalho temporário

Comissão aprova substitutivo à proposta de regulamentação dessa modalidade de contrato. Aspectos não contemplados no texto original foram incorporados à matéria, que irá ao Plenário em regime de urgência

A proposta de uma nova regulamentação para a contratação de trabalhadores em regime temporário nas empresas urbanas recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na forma de substitutivo de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO). A CAS aprovou também requerimento de urgência para a tramitação da matéria no Plenário.

Uma das mudanças apresentadas no relatório lido pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) é a garantia de que não existe vínculo empregatício no regime de trabalho temporário, qualquer que seja o ramo da empresa tomadora de serviços. "Reiteramos, assim, a existência do vínculo apenas entre as partes efetivas da relação de emprego", justifica Mo-



Proposta aprovada na CAS define que não existe vínculo empregatício no regime de trabalho temporário, qualquer que seja o ramo da empresa tomadora de serviços

reira Mendes.

Essa explicitação não existia no projeto encaminhado à Câmara dos Deputados pelo Executivo, e um dos seus objetivos é o de evi-

tar a possibilidade de ações trabalhistas nessa modalidade de contrato temporário. A proposta não se aplica às empresas de vigilância e transporte de valores, regu-

ladas por legislação especial e "subsidiariamente pela CLT" – Consolidação das Leis do Trabalho.

O texto de Moreira Mendes esclarece que a contratante é "subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer o trabalho temporário". No caso do recolhimento das contribuições previdenciárias, o senador preferiu manter a legislação em vigor.

Moreira Mendes restabeleceu a proibição de contratação temporária para substituir trabalhadores em greve, atendendo assim a Convenção nº 181 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esse dispositivo constava do projeto original, mas havia sido derubado na Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE) do Senado.

A proposta aprovada na CAS amplia a responsabilidade de fiscalização pelas empresas contratantes em relação às condições de trabalho dos temporários. E deixa a critério das contratantes a possibilidade de oferecer atendimento médico, ambulatorial e refeição aos trabalhadores das firmas prestadoras de serviços temporários.

Além disso, estabelece a exigência de um capital social mínimo para as empresas de trabalho temporário de acordo com o número dos seus empregados, o registro em carteira do trabalhador temporário, prazos de vigência e de renovação do contrato e a possibilidade de pagamento direto a esses trabalhadores das parcelas relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias e décimo terceiro salário proporcionais.

Aprovadas normas preventivas na área de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou ontem seis dos 22 projetos incluídos na pauta da sua última reunião ordinária do ano. Dentre eles, o de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que restringe e disciplina o uso da talidomida. A droga foi banida do Brasil em 1962 por provocar deformações fetais, mas voltou a ser utilizada por sua eficácia no tratamento da hanseníase.

A proposta recebeu um texto substitutivo na Câmara dos Deputados. A nova versão não introduziu alterações substanciais no projeto de Alcântara, segundo o parecer do relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), favorável ao substitutivo da Câmara, que ago-

ra está pronto para ser votado no Plenário do Senado.

O senador Lúcio Alcântara explicou, na justificação do projeto, que apesar do uso restrito e da circulação limitada – existe apenas um único laboratório licenciado pelo Ministério da Saúde para produzir o remédio, e em quantidade suficiente para tratar a hanseníase em todo o território nacional – continuam a ocorrer casos de deformações congênitas provocadas pela talidomida. A Associação Brasileira das Vítimas da Talidomida estima que sejam cerca de sete mil os casos ocorridos nos últimos 20 anos.

A CAS também aprovou parecer do senador Sebastião Rocha favorável ao projeto da Câmara

que exige a identificação da presença de glúten nos alimentos comercializados. Essa seria uma medida preventiva e de controle de doença celíaca, que provoca anemia, fadiga, prisão de ventre, entre outros sintomas, e, na falta de tratamento, manifestações mais graves, como câncer de intestino.

Também foram aprovadas as propostas que proíbem a inversão dos nomes incluídos na lista única do Sistema Nacional de Transplantes; a que determina o atendimento gratuito de trabalhadores acidentados em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde (SUS); e a que cria o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Distrito Federal.



Roosevelt Pinheiro

Projeto de Alcântara que restringe e disciplina o uso da talidomida recebeu parecer favorável de Rocha e obteve aprovação na CAS



Roosevelt Pinheiro



Gerardo Magela

Ramez Tebet foi homenageado pelo Conselho Parlamentar das Comunidades de Culturas Estrangeiras

Tebet recebe homenagem pela atuação na presidência

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem homenagem do Conselho Parlamentar das Comunidades de Culturas Estrangeiras, com sede em São Paulo, "pela firmeza demonstrada à frente do Senado, em anos tão difíceis". A placa de Honra ao Mérito foi entregue a Tebet pelo diretor do conselho, Rezkalla Tuma.

O Brasil, disse Rezkalla Tuma, é um país digno de sediar o conselho, pois abriga com harmonia uma mescla de etnias e religiões.

– No conselho, sentam lado a lado alemães e russos, árabes e judeus, brancos e negros. O mundo moderno evoluiu em tecnologia, mas esqueceu do homem. É a importância dos seres humanos que desejamos resgatar – afirmou ele, após audiência com Tebet.

O Senado também recebeu uma placa em homenagem ao papel

histórico que vem exercendo em mais de 111 anos de existência.

– Sua biblioteca e museu representam a memória viva da história legislativa do Brasil, para proveito das gerações mais jovens – destacou Rezkalla Tuma.

UNILEGIS

Ramez Tebet deverá comparecer à cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Ele está em contato com o arquiteto Oscar Niemeyer para celebrar o contrato de elaboração do projeto arquitetônico das construções principais da nova universidade.

A solenidade se realizará na próxima quarta-feira, às 10 horas, no local da futura sede da universidade, no Setor de Clubes Esportivos Sul, trecho 3, lote 7.

Preservação do idioma nacional preocupa outros países

Muitos países adotaram medidas legais ou criaram movimentos visando à preservação dos seus idiomas. A informática é apontada como a maior porta de entrada dos termos estrangeiros, especialmente em inglês. Alguns exemplos de reações nacionais contra estrangeirismos:

França – além de editar uma lei para disciplinar o uso do idioma francês e ter um Ministério de Terminologia, exige a tradução de todos os programas de computador

Espanha – reagiu fortemente contra a tentativa de retirada da acentuação nos teclados dos computadores, o que mudaria o nome do país de Espanha, para España

Japão – o Ministério de Educação, Cultura, Esportes, Ciências e Tecnologias criou uma comissão de 20 especialistas para promover a tradução dos termos estrangeiros

Estados Unidos – 21 estados americanos já criaram algum tipo de defesa legal do inglês contra a penetração do espanhol

Islândia – todo islandês fala o inglês como segundo idioma, mas, caso surja uma palavra nova, um comitê decide que palavras e sons islandeses devem ser reunidos para representar o objeto ou ideia nova

Fonte: Movimento Nacional em Defesa da Língua Portuguesa

Comissão regulamenta uso de estrangeirismo

Substitutivo aprovado na CE determina que palavra escrita em língua estrangeira deverá vir acompanhada de correspondente em português

Toda palavra ou expressão escrita em língua estrangeira e destinada ao conhecimento público no Brasil – como *fast food* e *delivery*, usadas, respectivamente, para designar refeições rápidas e entrega em domicílio – deverá vir acompanhada, em letra de igual destaque, do termo ou da expressão correspondente em língua portuguesa.

Proposta nesse sentido recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE), que acolheu por unanimidade substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) a projeto de lei da Câmara que trata da promoção, proteção, defesa e uso da língua portuguesa. A proposta será agora examinada em Plenário.

A norma vale para as relações comerciais, os meios de comunicação de massa, as mensagens publicitárias e as informações afixadas em estabelecimentos comerciais. O texto de Amir Lando considera ainda obrigatório o uso da língua portuguesa nos documen-



Proposta de Amir Lando defende língua portuguesa como patrimônio brasileiro

Foto: Célio Azevedo

tos da administração pública direta, indireta e fundacional dirigidos ao conhecimento público. E dispõe que as palavras e expressões em língua estrangeira atualmente em uso em tais documentos deverão ser substituídas, no prazo de um ano, por equivalentes em língua portuguesa.

GLOSSÁRIO

O substitutivo prevê que, para as áreas de inovação tecnológica, em que predomina o léxico de língua estrangeira, serão formadas comissões com a finalidade de elaborar glossários, contendo sugestões de termos equivalentes no vernáculo ou resultantes do pro-

cesso de aportuguesamento.

Os meios de comunicação de massa impressos poderão utilizar palavra ou expressão estrangeira dessas áreas, por, no máximo, um ano após a elaboração do glossário, desde que também utilizem o termo correspondente em língua portuguesa. Terminado esse prazo, o emprego da língua estrangeira será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro e punível na forma da lei.

A proposta explícita que a língua portuguesa integra o patrimônio cultural brasileiro, concorrendo para a definição da soberania do país, e relaciona uma série de ações que o poder público deve desenvolver para promover, difundir e valorizar o idioma.

Na reunião de ontem, Lando afirmou que o projeto busca manter a pureza da língua portuguesa, mas “sabendo que ela é um movimento constante”. Debateram a matéria os senadores Luiz Otávio (PMDB-PA), Emilia Fernandes (PT-RS), Lindberg Cury (PFL-DF) e Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).

Senado mantém horário da “Voz do Brasil”

O programa *Voz do Brasil* continuará a ser transmitido das 19h às 20h e manterá o seu formato atual, com a difusão de notícias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Na reunião de ontem da Comissão de Educação (CE), os senadores rejeitaram, por unanimidade, parecer de Lindberg Cury (PFL-DF) favorável a projeto de Carlos Bezerra (PMDB-MT) que pretendia flexibilizar o horário de transmissão do programa e reservar dez minutos para divulgação de informações de caráter local.

Como tramitou em caráter terminativo, a matéria será arquivada, exceto se houver recurso para que seja submetida ao Plenário. O projeto propunha a ampliação do horário de transmissão do programa para o período compreendido entre 19h e 22h e admitia a possibilidade de até dez minutos da programação serem transmitidos entre as 8h e as 18h, em pequenos segmentos de informação.

TRADIÇÃO

No debate, Amir Lando (PMDB-RO), dizendo-se “homem dos confins”, relatou que, às margens do Rio Formoso, sem qualquer habitante num raio de 50 km, os acordos de *O Guarani* (ópera de



Para Juvêncio da Fonseca, programa está incorporado à cultura do país

Carlos Gomes utilizada na abertura do programa) “balançam os corações”. Nesse momento, “sentiu-se a emoção de ser brasileiro”.

Marina Silva (PT-AC) foi contra a reserva de um espaço no programa para notícias locais, afirmando que sobraria pouco tempo para informações consistentes, e ressaltou que a flexibilização do horário dificultaria a fiscalização.

Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) afirmou que a *Voz do Brasil* está incorporada à cultura brasileira. Juvêncio e Nabor Júnior (PMDB-AC) observaram que emissoras vêm tentando acabar com o programa, e alertaram para a possibilidade de uso político se houvesse um espaço para notícias locais. Já Emilia Fernandes (PT-RS) disse ser preciso estimular o povo a ouvir mais a *Voz do Brasil*.

Programa existe desde 1931

O programa radiofônico *Voz do Brasil* foi criado em 1931, pelo presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de divulgar as ações do governo. Atualmente, o noticiário é produzido pela Radiobrás e retransmitido obrigatoriamente por todas as emissoras de rádio do país, de segunda a sexta-feira, das 19h às 20h. Nesse intervalo de uma hora, o tempo é dividido igualmente pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Em 1995 surgiu a União de Rádios do Brasil, um grupo formado por emissoras contrárias ao programa, que luta contra a obrigatoriedade da retransmissão.

Projeto prevê ensino de noções de cidadania

Os alunos do ensino fundamental e médio deverão aprender noções de cidadania a partir do conhecimento dos direitos e deveres individuais e coletivos inscritos no artigo 5º da Constituição. É o que estabelece substitutivo do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) a projeto de lei do senador Chico Sartori (PSDB-RO) aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). A proposição, que tramita em caráter terminativo, será submetida a turno suplementar de votação.

A decisão foi tomada por maioria de votos. As senadoras do PT

Marina Silva (AC) e Emilia Fernandes (RS) questionaram a criação da disciplina “Noções de Cidadania”, por entenderem que o tema deveria ser abordado nas diferentes disciplinas já existentes, como Geografia, História, Filosofia e Sociologia. O relator esclareceu, então, que não seria criada uma disciplina, mas que as noções seriam dadas “nas salas de aula”. As senadoras petistas mantiveram seu voto contrário ao projeto, por julgarem, após os esclarecimentos de Maldaner, que o que está proposto já consta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e de re-

soluções do Conselho Nacional de Educação.

A comissão aprovou ainda parecer do senador Casildo Maldaner que opina pela apresentação de requerimento de informações ao Ministério da Educação a respeito de decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditoria realizada no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), em atendimento a solicitação feita pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados.



Proposta terá votação em turno suplementar na Comissão de Educação

Na justificativa, Maldaner lembra que o TCU determinou ao ministro da Educação e recomendou ao ministério a adoção de providências para a regularização do Fundef. O senador lembra que o tribunal firmou entendimento sobre questões relevantes, como o cálculo do valor mínimo anual por aluno e a adoção imediata de

valor que corresponda ao custo do Padrão Mínimo de Qualidade de Ensino, o que, segundo o relator, “teria reflexo significativo sobre as contas públicas”.

Na mesma reunião, foi aprovado decreto sobre a execução de serviços de radiodifusão em cidades de Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Goiás e São Paulo.

Criação de municípios deve ter novas exigências

Projeto da Câmara foi aprovado pela CCJ e será agora submetido ao Plenário. Para o relator, Maguito Vilela, é necessário evitar a “proliferação indiscriminada de novos municípios sem a mínima condição econômico-financeira”

Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem parecer do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) favorável ao projeto de lei do deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP) que regulamenta a criação de municípios, estabelecendo parâmetros mínimos também para fusão, incorporação e desmembramento. De acordo com o relator, a medida é necessária para impedir a “proliferação indiscriminada de novos municípios sem a mínima condição econômico-financeira”. A matéria segue para análise do Plenário e, se aprovada, vai à sanção presidencial.

A proposta determina que apenas deputados estaduais terão competência para propor a criação de municípios, e detalha a elaboração dos Estudos de Viabilidade Municipal, que devem conter avaliações sobre as condições socioambientais, urbanas, econômicas, políticas e administrativas. Esses estudos devem conter ainda, segundo o projeto, a previsão de receitas fiscais, transferências federais e custos administrativos.

Segundo o texto, será vedada a criação de um município que



Maguito Vilela: desde a promulgação da Constituição, foram criados 1.327 municípios

implique a perda de viabilidade do município de origem. O projeto detalha ainda a realização do plebiscito que deve preceder a criação de município, com regras para a transferência de propriedades e de servidores públicos enquanto a nova municipalidade não tiver legislação própria.

— Assistimos à criação de municípios sem condições apenas para obter parcelas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O projeto vai impedir isso — declarou o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

De acordo com o relator, o crescimento do número de municípios

acentuou-se após a promulgação da Constituição de 1988. Desde então foram criados 1.327 municípios, 245 dos quais em 1989. Cerca de 95% deles têm população inferior a 20 mil habitantes.

A CCJ também aprovou ontem parecer do senador Jefferson Péres favorável ao projeto de lei complementar do senador Chico Sartori (PSDB-RO) que determina que o processo de criação de municípios deve ocorrer entre a posse do prefeito do município de origem e até dez meses antes da realização das eleições municipais. Fora desse período, o projeto determina que os processos em tramitação fiquem sobrestados.

Região Sul criou mais municípios

Entre 1980 e 2001, foram criadas 1.570 novas cidades no país. Em 1980, existiam 3.991 municípios, número que subiu para 5.561 no ano passado. O crescimento foi maior na Região Sul. Veja abaixo o número de municípios surgidos, por região, no período:

Norte	244
Nordeste	417
Sudeste	258
Sul	470
Centro-Oeste	181
Total	1.570

Fonte: IBGE

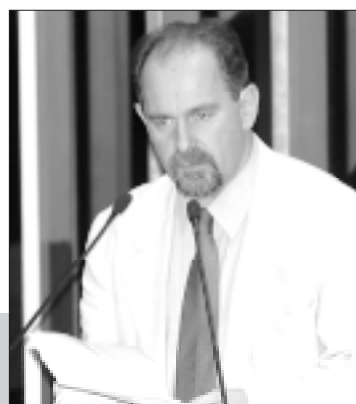
Servidor com acesso a informação privilegiada pode cumprir quarentena

Com base em parecer do senador Osmar Dias (PDT-PR), os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram o projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que determina o cumprimento de quarentena por servidores da administração pública, direta ou indireta, que, em virtude do cargo ocupado, tenham acesso a informações privilegiadas ou confidenciais. Caso não haja recurso para análise do projeto em Plenário, a matéria será enviada à Câmara dos Deputados.

Com o projeto, Dutra pretende criar mecanismos para resguardar o interesse público, evitando o favorecimento de determinados agentes econômicos em detrimento dos demais. No projeto original, Dutra propunha que, depois da exoneração ou término do

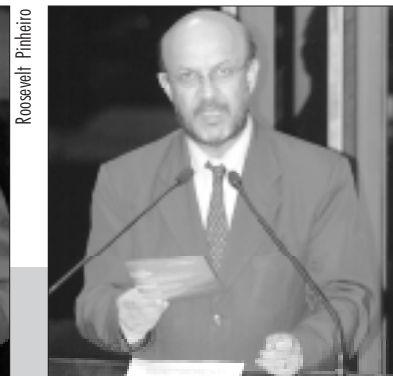
mandato, o servidor teria que passar um ano sem exercer atividade profissional em que pudesse aplicar indevidamente informações adquiridas durante o exercício do cargo público. Na versão aprovada, porém, esse prazo foi reduzido para seis meses. Pela proposta, o presidente da República poderá fixar, em casos específicos, prazo maior, até o máximo de 12 meses, para a quarentena.

Durante o período de afastamento, o ex-dirigente receberia remuneração equivalente ao cargo que exerceu. A lei abrange servidores do Banco Central; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); de agências reguladoras de setores econômicos, como telecomunicações e petróleo; da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); da Receita Federal; do Departamento de



José Eduardo Dutra pretende criar mecanismo para resguardar interesse público

Aviação Civil (DAC); da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero); e da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Esse princípio também foi incluído no parecer sobre a reforma do Judiciário, que estabelece a quarentena para magistrados.



Senadores aprovaram voto em separado de Waldeck Ornélas à proposta de Ricardo Santos que permite alterar critérios de distribuição do ICMS

CCJ aprova flexibilização de critérios para distribuir ICMS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o voto em separado apresentado pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) à proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que estabelece novos critérios para a distribuição aos municípios da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A PEC segue para discussão em Plenário.

A cota-parte refere-se aos 25% da arrecadação do ICMS, um imposto estadual, que são transferidos para os municípios. De acordo com Ricardo Santos, a Constituição é muito rígida na definição dos critérios de distribuição da parcela do ICMS. Atualmente, o critério do valor adicionado tem grande peso no rateio da cota-parte, o que premia cidades com vocação industrial.

Com a PEC, o senador espera flexibilizar os critérios, de modo que os estados, por meio de lei aprovada nas assembleias legislativas, possam definir o destino de 30% dos recursos da cota-parte do ICMS da maneira que considerarem mais justa. Metade dos recursos continuaria, de acordo com a PEC, seguindo o critério do valor adicionado, e os 20% restantes seriam distribuídos de acordo com o fator populacional.

Assim, explicou Ricardo Santos, os estados poderão incorporar aos critérios de distribuição da cota-parte do ICMS fatores como a extensão territorial do município e a produção agrícola, atendendo suas particularidades. Ao mesmo tempo, o senador disse

que os estados que desejarem manter os critérios atuais terão liberdade para fazê-lo.

“FACTORING”

A CCJ aprovou ainda, em caráter terminativo, substitutivo do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ao projeto de lei do senador José Fogaça (PPS-RS) que regula as atividades de fomento mercantil, também conhecido como *factoring*, no país. A matéria terá que ser submetida a turno suplementar antes de ser considerada definitivamente aprovada pela comissão.

De acordo com o substitutivo, as empresas de *factoring* devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada. As receitas operacionais, diz o substitutivo, só poderão ser compostas por comissão de prestação de serviços, diferencial na aquisição de créditos e outras que não entrem em conflito com as operações de natureza das instituições financeiras. Pela proposta aprovada, as empresas de fomento mercantil também não poderão adquirir créditos de entidades da administração pública.

Para Maldaner, as atividades de *factoring* são alvo de exploração indiscriminada e carecem de regulamentação. Ele lamentou que atualmente muitos se aproveitem para recolher recursos de pessoas sem oferecer garantias mínimas. Fogaça agradeceu ao relator pela precisão do relatório e do substitutivo apresentado, que, na sua opinião, pode resguardar o setor de “verdadeiros picaretas que utilizam o nome *factoring* para praticar o pior tipo de agiotagem”.

CCJ aprova convenção sobre liberdade sindical

Acordo da OIT, enviado ao Congresso em 1949, tramita no Senado desde 1984. Segundo José Eduardo Dutra, texto é incompatível com a Constituição, que permite a existência de apenas um sindicato por categoria

Matéria mais antiga em tramitação no Congresso Nacional, o projeto de decreto legislativo que ratifica a adesão do Brasil à Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente à liberdade de organização sindical, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, que tramita no Senado desde 1984 e foi enviada pelo Executivo ao Congresso em 1949, já tem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e segue para discussão em Plenário.

De acordo com o relator da matéria na CCJ, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a convenção assinada pelo país não é compatível com a Constituição de 1988. O texto constitucional determina que deve haver apenas um sindicato por categoria em cada base territorial, a chamada unicidade sindical. A convenção da OIT, porém, garante pluralidade sindical, em que a associação sindical é livre.

— Há mais de meio século a proposição desafia o Parlamento brasileiro, dividido entre o constrangimento de rejeitá-la por inconstitucionalidade, cedendo a pressões de entidades constituídas sob a égide do modelo corporativista, e as cobranças internas e externas pela adoção de uma das diretrizes fundamentais da OIT — comentou Dutra.

POLÊMICA

O senador argumenta que, de forma a harmonizar a adesão à convenção da OIT à Constituição, apresentou proposta de emenda constitucional, cuja tramitação não foi adiada por se tratar de assunto polêmico. Segundo disse, essa é a oportunidade para debater uma ampla reforma sindical, proposta que vem sendo feita pelo novo governo. Dutra espera que o Plenário possa propor uma nova estrutura sindical.

— Cabe indagar se os milhares de sindicatos de trabalhadores hoje existentes no Brasil, resguardada a representação unitária, conseguem realizar a contento suas funções. O Plenário não vai votar esse projeto de afogadilho, mas, tenho certeza, o Congresso Nacional vai se pronunciar acerca dessa matéria que tramita na Casa há meio século — afirmou.



Comissão de Constituição e Justiça acolheu parecer favorável ao acordo que ainda será examinado pelo Plenário

Projeto modifica a apreciação de veto

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) favorável a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) determinando que os vetos presidenciais sejam apreciados em sessões separadas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Atualmente, os vetos são votados em reuniões conjuntas das duas Casas. Como essas sessões não vêm ocorrendo, diz Jefferson Péres, limita-se a possibilidade de o Congresso ma-

nifestar sua discordância em relação a vetos.

— As sessões conjuntas da Câmara e do Senado constituem a exceção no funcionamento do Congresso. Desde 1994, 56 mensagens presidenciais encaminhando vetos parciais e totais a proposições legislativas ainda não foram apreciadas pelo Congresso Nacional — declarou o senador.

Recentemente, emenda constitucional modificou a tramitação de medidas provisórias para que essas iniciativas fossem analisadas, separadamente, pelas duas Casas.



Patrocínio é autor da PEC que determina o exame de vetos em sessões distintas da Câmara e Senado

Rejeitada PEC que proíbe o porte de arma

Foi rejeitado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Roberto Freire (PPS-PE) que proíbe o porte de armas por civis e estatiza a fabricação de armas de fogo. No seu lugar, foi aprovado o voto em separado apresentado pelo senador Luiz Pastore (PMDB-ES), contrário à proposta de Roberto Freire.

Para Freire e Dutra, a PEC atende às exigências da sociedade por iniciativas para diminuir a criminalidade. Porém, Pastore apontou inconstitucionalidades na matéria, que atentaria contra a livre iniciativa comercial e industrial e contra o direito adquirido de quem já fabrica e comercializa armas, ignorando também o direito de propriedade.

— A proposta contém profundos vícios de avaliação e concei-

to, apesar da intenção ser louvável. O desarmamento do cidadão comum, que adquire sua arma e a guarda em seu lar, o impede de exercer o inalienável direito de defesa. Cabe ressaltar que o comércio legal de armas seria substituído pelo clandestino, que traz a violência — argumentou Pastore.

FRONTEIRA

A CCJ aprovou projeto de lei do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que prorroga até 31 de dezembro de 2003 o prazo para que o detentor de título de alienação ou de concessão de terras feitas pelos estados, na faixa de fronteira de até 150 quilômetros, requeira a ratificação do título no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A matéria foi aprovada à noite pelo Plenário do Senado (veja matéria na página 12).

De acordo com Jonas Pinheiro, as propriedades de fronteira foram consideradas nulas pelo Incra, mas medida provisória de

1999 abriu prazo para a regularização dos títulos de propriedade. Porém, acrescentou, o Incra não teve condições de analisar os processos das cerca de 22 mil propriedades, distribuídas pelos 13 estados que fazem fronteira com outros países.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) disse que o processo é longo, pois toda a cadeia dominial do imóvel precisa ser recuperada. De acordo com Jonas Pinheiro, o prazo já foi prorrogado duas vezes sem que o Incra conseguisse rever todos os processos. Ele espera que haja tempo hábil para que a matéria seja enviada para a Câmara e aprovada antes do vencimento do prazo atual, dia 31.

A CCJ também aprovou projeto dos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Bello Parga (PFL-MA) que autoriza o governo federal a doar imóveis de sua propriedade em Brasília à Mitra Arquidiocesana da capital.

Direito à suspensão da pena poderá ser ampliado

Na reunião de ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) a projeto de lei do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que aumenta para até quatro anos o limite de pena à qual pode ser aplicado o benefício da suspensão condicional. Só poderiam se beneficiar os condenados não reincidentes em crimes dolosos (com intenção consciente). Atualmente o limite da pena passível de ser suspensa pelo juiz é de até dois anos.

Como foi aprovada em caráter terminativo, a proposta seguirá para exame da Câmara dos Deputados sem passar pelo Plenário do Senado, exceto se recurso em sentido contrário for apresentado.

De acordo com o relator, o sistema penitenciário brasileiro “vive um momento de caos” e não permite ao apenado a possibilidade de recuperação, tornando-se verdadeiras “escolas de crime”. Amir Lando acredita que a convivência de presos de baixa periculosidade e primários com condenados perigosos e reincidentes pode ser ainda mais prejudicial. O relator incluiu ainda em seu substitutivo a proibição de o beneficiado mudar de domicílio sem autorização judicial enquanto durar a suspensão condicional da pena.

A CCJ aprovou também o envio ao Plenário do requerimento da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) que solicita ao Banco Central cópia do relatório de auditoria realizada no Banco do Estado do Ceará (BEC). A auditoria embasou o processo de saneamento do banco.



Projeto de Tuma aumenta para até quatro anos limite da pena à qual poderá se aplicar o benefício

Bernardo Cabral se despede do Senado

Relator da proposta de reforma do Judiciário, senador assegura que texto em tramitação na Casa não é o ideal, mas oferece soluções para a maioria dos problemas enfrentados pela Justiça brasileira

Emocionado e agradecendo ao eleitor amazonense por ter feito dele, nos últimos oito anos, um orgulhoso representante do estado, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) se despediu, ontem, do Senado. Antes de ser aplaudido por um Plenário lotado, ele encerrou o discurso mencionando o seguinte ensinamento do seu pai: "Feliz do homem público que carrega consigo as cicatrizes orgulhosas do dever cumprido".

Dizendo-se um homem sem "ganâncias materiais", mas provido de valores morais e espirituais, ele afirmou que jamais se submeteu a pressões de interesses particulares contrariados, nem de grupos insensíveis ao interesse público.

— Também não me viram, em nenhum instante, participar como convida do banquete da calúnia, injúria ou difamação, recursos que jamais substituirão os argumentos — frisou.

Cabral lembrou ter chegado à Câmara dos Deputados, em 1967, com pouco mais de 30 anos, quando foi escolhido vice-líder da oposição, en-



Após o pronunciamento, Bernardo Cabral recebeu cumprimentos dos senadores e deputados presentes no Plenário

tão comandada por Mário Covas. Ele recordou que, como muitos outros parlamentares, terminou sendo cassado pelo regime militar, tendo os direitos políticos suspensos por dez anos. Disse que seu reencontro com o Parlamento veio com a Assembléia Constituinte.

Quanto ao momento atual, salientou que não compreende as razões de Estado de "algumas falsas democracias" que permitem, por omissão, a morte de milhares de crianças por inanição.

— Se não há pelotões de fuzilamento, a fome se encarrega de des-

trair essa preciosa reserva humana — observou ele, oferecendo esses comentários como reflexão para o próximo governo.

JUDICIÁRIO

Sobre a reforma do Judiciário, de que é relator, ele disse que o texto não é o ideal, "mas o possível no mo-

mento, com os atuais quadros político-institucionais". Em sua opinião, trata-se de um texto que contém instrumentos efetivos e imediatos de solução para a grande maioria dos problemas enfrentados pela Justiça.

— Insultado, ofendido, noites em claro, fins de semana desperdiçados, férias não gozadas, talvez tenha eu feito uma ingrata peregrinação, espécie deromeiro desapontado, pois acabou ficando às claras que, ao invés de elevar-se o percentual do debate, de forma racional, se fez o pior: ficou reduzida a zero a taxa de responsabilidade na discussão das profundas e preocupantes questões que afligem o Judiciário.

Mas assinalou que é hora de jogar fora eventuais mágoas e cultivar apenas boas lembranças. Cabral acentuou que estava se despedindo de todos: "do senador governista, do oposicionista, dos funcionários — do mais graduado ao mais humilde —, da Consultoria Legislativa e, sobretudo, dos leis companheiros do seu gabinete de apoio".

Senadores destacam lealdade e competência

Em apertado, Bernardo Cabral foi homenageado por 41 senadores. Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) testemunhou a dedicação e competência do homenageado como relator da reforma do Judiciário. Roberto Saturnino (PT-RJ) o definiu como um gigante do Parlamento brasileiro. Já o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que o Amazonas tem uma dívida com Bernardo Cabral pela projeção que ele deu ao estado. E considerou uma injustiça o eleitorado não ter renovado o seu mandato.

Jorge Bornhausen (PFL-SC), Lindberg Cury (PFL-DF), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Nabor Júnior (PMDB-AC), Francelino Pereira (PFL-MG), Amir Lando (PMDB-RO), José Agripino (PFL-RN), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Olivir

Gabardo (PSDB-PR) e Carlos Wilson (PTB-PE) louvaram sua lucidez e inteligência e destacaram sua atuação como relator da Constituinte e da reforma do Judiciário e lamentaram o vazio que Bernardo Cabral deixará no Senado.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) mencionou duas lealdades de Cabral: à Justiça e ao estado do Amazonas. Vice-presidente da República eleito, o senador José Alencar (PL-MG) classificou a hospitalidade e a diplomacia como características da personalidade do homenageado.

Por sua vez, Artur da Távola (PSDB-RJ) disse que grande parte da homenagem que se fazia ali contemplava a inteligência de Cabral.

O primeiro-vice-presidente, Edison Lobão (PFL-MA), disse que o relator-geral da Constituinte "é

um peregrino de grandes causas políticas e institucionais do país".

Também homenagearam Bernardo Cabral os seguintes senadores: Eduardo Suplicy (PT-SP), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Tião Viana (PT-AC), Iris Rezende (PMDB-GO), Ricardo Santos (PSDB-ES), Arlindo Porto (PTB-MG), Maguito Vilela (PMDB-GO), Luiz Otavio (PMDB-PA), José Eduardo Dutra (PT-SE), José Jorge (PFL-PE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), José Fogaça (PPS-RS), Marluce Pinto (PMDB-RR), Sebastião Rocha (PDT-AP), Geraldo Melo (PSDB-RN), Romero Jucá (PSDB-RR), Fernando Ribeiro (PMDB-PA), Carlos Patrocínio (PTB-TO), Leomar Quintanilha (PFL-TO), Valmir Amaral (PMDB-DF), José Serra (PSDB-SP) e o presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS).

Ramez Tebet se associa às homenagens

Ao associar-se, em nome da Mesa, às homenagens que os senadores prestaram a Bernardo Cabral, que se despediu ontem da Casa, o presidente do Senado, Ramez Tebet, ressaltou suas qualidades "ímpares" de jurista, político, professor e advogado.

— Nos inúmeros desafios que enfrentou, como deputado, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), relator da Assembléia Nacional Constituinte e senador, teve êxito constante — disse.

Tebet ressaltou que Cabral deixa a função de senador, mas jamais

deverá deixar a vida pública, "porque o Brasil precisa de homens probos e inteligentes" como ele.

— Foi com o coração amazonense e a alma verde-amarela de brasileiro autêntico que abrihantou todas as atividades de que participou na Casa — afirmou.

Integrantes da CCJ reverenciam saber jurídico de seu presidente

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também recebeu homenagens, ontem, durante a última reunião deste ano da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da qual é presidente.

O vice-presidente da CCJ, senador Osmar Dias (PDT-PR), se disse honrado pela oportunidade que teve de dividir a direção da comissão com Cabral. O parlamentar afirmou ter aprendido muito com o conhecimento jurídico de Cabral. Ele destacou a carreira do presidente da CCJ, que foi presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ministro da Justiça e relator-geral da Constituição de 1988. Para Osmar Dias, o trabalho desenvolvido por Cabral como relator da reforma do Judiciário "haverá de ser reconhecido pelo Senado e pela sociedade".

Solidarizando-se com a manifestação do vice-presidente da CCJ, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) expressou sua "admiração, respeito e reconhecimento" a Bernardo Cabral, que presidiu a comissão por duas ocasiões nos últimos anos.

Pela liderança do governo, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a "forma competente, séria e honrada" com que Cabral pautou sua conduta no Senado. Conforme Jucá, Cabral sempre encaminhou da melhor forma as propostas e questões difíceis que o governo defendeu na CCJ, por ser um grande jurista. Para Jucá, por sua postura, Cabral "será chamado para os grandes embates em prol do país".

Como senador em primeiro mandato, Luiz Otávio (PMDB-PA) ressaltou a importância do convívio com Cabral, pelo "relacionamento fraterno e amigo" que o senador sempre lhe ofereceu.

A competência e a sabedoria de Cabral foram as características destacadas pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES). De acordo com o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), Cabral é "um homem que sempre soube privilegiar o diálogo". O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) assinalou que o presidente da CCJ sempre procurou garantir os debates e o bom andamento dos trabalhos da comissão.

“Aqui não se faz nunca a política pequena”

Em discurso que recebeu apartes de 28 parlamentares, o vice-presidente da República eleito, José Alencar, despede-se do Senado afirmando que na Casa pôde conhecer a síntese do Brasil

Em seu discurso de despedida do Senado Federal, o vice-presidente eleito José Alencar (PL-MG) disse ontem que estava emocionado e já com saudade da Casa de onde não gostaria de sair nunca.

— Aprendi que aqui não se faz nunca a política pequena e subalterna — afirmou.

Alencar lembrou as dificuldades que enfrentou ao longo da vida, especialmente quando começou a trabalhar e seu salário não cobria as despesas de hospedagem e alimentação. A solução, explicou, foi fazer um acordo com a dona da pensão para dormir no corredor e, com isso, poder economizar um pouco e até obter superávit no final do mês.

Alencar comentou que no convívio com os demais senadores conheceu a síntese de um Brasil “fascinante na diversidade de sua cultura, de sua economia, de seu tecido social, de sua geografia física e humana e de sua peculiar unidade lingüística”. Ele acrescentou ter visto “notáveis manifestações de sabedoria, de tolerância, de acatamento, de civilizadas e respeitadas discordâncias e de nivelamento de conceitos quando estavam em jogo os interesses superiores do Brasil”.

Durante a campanha eleitoral, quando percorreu todo o país ao lado de Luiz Inácio Lula da Silva, o senador disse ter percebido que o Brasil real é o mesmo projetado na figura dos senadores, representantes dos estados. Ele observou que, conhecendo o Brasil e



José Alencar: se alvo é combater a fome, diferenças ideológicas devem ficar para trás

ouvindo os brasileiros, reforçou sua convicção de que estava certo ao defender a aliança vitoriosa nas eleições para a Presidência da República.

— Entendia que, se o alvo comum é combater a fome, a miséria, o desemprego, a desigualdade de renda, o analfabetismo e a baixa escolaridade, as diferenças ideológicas e partidárias deveriam ficar para trás, perder-se no caminho, porque a meta está à frente. Foi nesse cenário que enxerguei a figura admirável de Luiz Inácio Lula da Silva e com ele me identifiquei — assinalou.

O senador ressaltou que a missão do novo governo não será fácil, porque a dívida é grande e os custos de capital são os maiores do planeta. Ele ainda frisou que nunca se viu na história brasileira uma maior transferência de renda oriunda da produção e do trabalho para o sistema financeiro. “E isso é grave. Nosso orçamento é deficitário”, afirmou.

Alencar recebeu 28 apartes ao seu pronunciamento. Dentre eles, do presidente do Senado, Ramez Tebet, que lembrou ter sido o primeiro aparteante do primeiro pronunciamento feito por Alencar. Tebet destacou a simplicidade, a humildade e a capacidade administrativa do novo vice-presidente.

— Não conheço ninguém que fizesse alguma restrição à figura do homem público chamado José Alencar. O futuro presidente da República estará muito bem acompanhado — destacou Tebet.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse que Alencar representava os liberais que participaram da aliança feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e tão criticada por aqueles que agora estão igualmente aliados aos liberais. Ele ainda alertou Alencar: “Viver em aliança não é fácil, porque não é feita entre iguais, mas em torno de um projeto comum”. Tião Viana (PT-AC) afirmou que as responsabilidades tornam-se comuns entre os que deixam o governo e os que assumem, porque todos querem o bem do país.

— É pela qualidade da luz que melhor se distingue o efeito da sombra. Se Lula for a luz e Vossa Excelência a sombra, podemos afastar as dificuldades que virão — disse Bernardo Cabral (PFL-AM), acrescentando que Alencar “com certeza é um exemplo”.

Para Carlos Patrocínio (PTB-TO), Alencar revive a saga dos político mineiros ao sentir que Lula precisaria dele para modificar o Brasil. Acrescentou que a união vitoriosa entre PL e PT representa a aliança entre o capital e o trabalho sem antagonismos.

Senadores dizem que Alencar vai ajudar muito o futuro governo

Com 28 apartes, os senadores despediram-se de José Alencar em clima de emoção e destacando as qualidades do vice-presidente eleito. Eles foram unânimes em dizer que Alencar representará o fator de equilíbrio no governo que tomará posse no dia 1º de janeiro. Simplicidade, humildade, companheirismo, competência e sensibilidade política foram alguns dos adjetivos utilizados pelos senadores.

Fizeram apartes o presidente do Senado, Ramez Tebet, e os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Artur da Távola (PSDB-RJ), Tião Viana (PT-AC), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Bernardo Cabral (PFL-AM), Iris Rezende (PMDB-GO), Maguito Vilela (PMDB-GO), Marina Silva (PT-AC), Carlos Patrocínio (PTB-TO), Emilia Fernandes (PT-RS), José Agripino (PFL-RN), Francelino Pereira (PFL-MG), Marluce Pinto (PMDB-RR), Geraldo Melo (PSDB-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Valmir Amaral (PMDB-DF), Lindberg Cury (PFL-DF), Arlindo Porto (PTB-MG), Romero Jucá (PSDB-RR), Fernando Bezerra (PTB-RN), Carlos Wilson (PTB-PE) e Leomar Quintanilha (PFL-TO).

Saturnino lembrou que sua expectativa quanto a Alencar era a de um empresário com a visão pragmática dos negócios, mas logo percebeu sua estatura política.

— Vossa Excelência apresentou uma visão tão clara do país que impressionou a todos — afirmou.

A experiência e a sabedoria alcançadas por Alencar foram assinaladas por Gilberto Mestrinho como instrumentos importantes para ajudar o próximo presidente.

Iris Rezende disse que, para Goiás, a eleição de Alencar é motivo de realização. Explicou que a sintonia, a harmonia e a convivência fraterna entre mineiros e goianos se explicam porque possivelmente 80% da população goiana é oriunda de Minas Gerais.

Para Maguito Vilela, “o belíssimo trabalho” desenvolvido por Alencar no Senado deixa lições. Ele alertou para os enormes desafios que o novo governo terá pela frente, mas ob-

servou que o Brasil inteiro confia na capacidade de Alencar e de Lula.

A futura ministra do Meio Ambiente Marina Silva disse conhecer a preocupação de Alencar com o futuro do país — a mesma preocupação social que incorpora ao seu trabalho empresarial. Emilia Fernandes ressaltou o momento histórico de esperança e cidadania, quando “dois Silva chegam para orientar os destinos da pátria”. Ela afirmou que Alencar poderá ajudar muito, destacando sua “visão clara e nítida”.

José Agripino recordou ter conhecido um “matuto” mineiro há 20 anos, quando foi eleito governador do Rio Grande do Norte e enfrentava sérias dificuldades com o fechamento de uma indústria têxtil. Esse “matuto” era José Alencar, que assumiu a indústria e, em 90 dias, readmitiu todos os funcionários.

Na condição de “compadre” de José Alencar, Francelino Pereira lembrou a trajetória política do colega desde que assumiu a presidência da Federação das Indústrias de Minas Gerais.

Marluce Pinto afirmou que o Brasil já teve muitos presidentes instruídos, entre indicados e eleitos, mas chegou a vez do operário.

Geraldo Melo manifestou o “carinho de quem, como senador pelo Rio Grande do Norte, viu em Vossa Excelência um meio potiguar disfarçado de mineiro, tamanha a sua contribuição aqui no Senado em prol do estado”.

Eduardo Suplicy lembrou que, quando Alencar recebeu a aprovação do PT para compor a chapa como vice-presidente, fez um pronunciamento prevendo que a presença ao lado de Lula iria contribuir para a vitória, como aconteceu.

José Eduardo Dutra destacou os quatro anos de convivência profícua com Alencar. Juvêncio da Fonseca disse que o contato diário com Alencar o fez analisar a lucidez e a transparência do senador mineiro. Em nome do PSB, Antonio Carlos Valadares destacou a competência e o engajamento de Alencar com os interesses maiores do Brasil.

Carlos Wilson afirmou que Alencar representa a esperança de milhões de brasileiros, “marcada em cada palavra dos senadores que o homenagearam”.

Lobão resalta “o grande exemplo”

Presidindo a sessão no encerramento do discurso de despedida do senador José Alencar, o senador Edison Lobão (PFL-MA) desejou felicidades ao vice-presidente eleito. De acordo com ele, Alencar, “um empresário de grande envergadura, levará sua experiência em benefício das instituições brasileiras”.

O presidente da sessão afirmou que José Alencar deixa o Senado pelo “reconhecimento das urnas”. Acrescentou que os senadores lamentam a perda “por se tratar de um grande senador e um grande exemplo”.

— A Mesa lamenta que nos deixe, mas por outro lado se regozija na consciência de que aqui não se



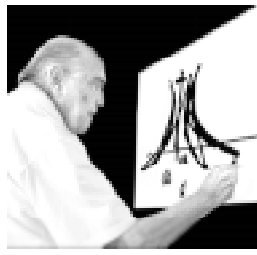
Edison Lobão aponta “experiência em benefício das instituições”

pratica a facúndia (eloquência) demagógica e Vossa Excelência não leva o exemplo de demagogia, mas de patriotismo e espírito público.

Lobão afirmou que seu relacionamento com José Alencar “é muito mais de admiração do que de intimidade pessoal”, lembrando que, há dois anos — “quando não se pensava que pudesse chegar à Vice-Presidência ou à Presidência” —, escreveu ao vice-presidente eleito uma carta analisando seu perfil e sua personalidade. Alencar respondeu com um manuscrito, que Lobão disse ainda guardar. Para o representante maranhense, José Alencar deixa o Senado “enriquecido com o que pôde observar e aprender”.

Plenário celebra os 95 anos de Niemeyer

O Plenário do Senado homenageou ontem o arquiteto Oscar Niemeyer, que está fazendo 95 anos. Criador dos principais monumentos e palácios da capital da República, inclusive o prédio do Congresso Nacional, Niemeyer é o grande nome da arquitetura brasileira. A homenagem foi sugerida por Lúcio Alcântara, primeiro orador da sessão. “Niemeyer é



um dos maiores orgulhos do Brasil”, afirmou Alcântara, enquanto Francelino Pereira exaltou “as belezas e ensinamentos” da obra do arquiteto. Também discursaram em homenagem a Niemeyer os senadores Eduardo Suplicy, Luiz Otávio, Romero Jucá, Edison Lobão, Bernardo Cabral e Pedro Simon – este por intermédio de Suplicy.

Alcântara destaca “altíssimo arrojo de imaginação”

Autor do requerimento que resultou na homenagem prestada ontem pelo Senado ao arquiteto Oscar Niemeyer, pelos seus 95 anos, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) foi o primeiro orador da sessão. Ele definiu o arquiteto como um dos maiores orgulhos do Brasil, dizendo que Niemeyer “não se destaca apenas pelo altíssimo arrojo de sua imaginação, mas também pela facilidade com que as soluções ocorrem à sua prancheta”.

O senador traçou um breve perfil biográfico do homenageado e classificou como um traço marcante de Niemeyer “seu profundo sentimento de repúdio pela injustiça e de solidariedade com seus semelhantes desfavoravelmente aquinhoados pela sociedade”. Na opinião do parlamentar, foi esse sentimento que levou o

arquiteto a engajar-se no Partido Comunista Brasileiro e a permanecer até hoje um irredutível marxista.

Ao falar das criações de Niemeyer, Lúcio Alcântara afirmou que por meio delas “o cidadão comum pode defrontar-se com a liberdade da imaginação criadora, integrando-a, de algum modo, a seu cotidiano”.

– A beleza e a invenção arquitetônicas possuem uma particular função social e fazem com que a arte de erigir edificações seja admirada através dos tempos – disse.

Sobre a construção de Brasília, o senador ressaltou que pela pri-



Lúcio Alcântara ressaltou “profundo sentimento de repúdio pela injustiça”

Fotos: Rosevelt Pinheiro

meira vez uma cidade foi erguida em completa consonância com as proposições do urbanismo e da arquitetura modernos.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) mencionou o antropólogo Darcy Ribeiro, que manifestava a certeza de ha-

ver um brasileiro do qual o mundo jamais esqueceria. Esse brasileiro é Oscar Niemeyer, que, na opinião de Darcy Ribeiro, daqui a 500 anos, ainda será lembrado por suas obras. De acordo com Saturnino, se houvesse um prêmio Nobel para arquitetura, cer-

tamente Niemeyer já o teria conquistado para o Brasil.

Coordenador dos trabalhos de construção do Memorial JK, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) também aparteu para lembrar a construção de Brasília e mencionar a influência das linhas arredondadas de Niemeyer na arquitetura mundial. Ele deu o testemunho de que Niemeyer sempre foi homem compreensivo e amável, que não impunha suas metas, mas simplesmente convenciu os demais da importância do projeto.

O senador Olivir Gabardo (PSDB-PR) também aparteu para dizer que Niemeyer é um dos maiores brasileiros vivos. Ele considerou um privilégio para o Senado celebrar esse arquiteto e afirmou que essa era uma homenagem de todos os brasileiros.

Suplicy aponta otimismo e amor ao Brasil

Simplicidade, otimismo, amor pelo trabalho e pelo Brasil. Na opinião do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), essas seriam características do arquiteto Oscar Niemeyer, que, se seguidas, tornariam qualquer brasileiro mais sábio e mais feliz. Em homenagem ao aniversário de 95 anos do artista, que se comemora no próximo dia 15, o senador disse que o “arquiteto do século 20” já havia sido bastante estudado, biografado e homenageado. Por isso, Suplicy preferia falar das qualidades de Niemeyer como pessoa.

Niemeyer valoriza as coisas simples da vida, como um bom livro ou as nuvens do céu, declarou Suplicy. Já o amor pelo trabalho está sintetizado na busca incessante do arquiteto por algo novo para criar. Se de outra forma fosse, não haveria como explicar a vontade do homenageado de aprender violão aos 93 anos, ou o projeto ousado de uma de suas obras mais recentes, o Novo Museu, em Curitiba, salientou o senador.

O amor pelo Brasil, por sua vez, faz com que Niemeyer se revolte com a injustiça, a impunidade, a corrupção e a violência da sociedade brasileira. E, por fim, o fato de ser otimista torna o arquiteto um lutador por um mundo melhor, frisou Suplicy.

– Ao contrário do que pode parecer, a arquitetura não é tudo para Niemeyer: gosta de dizer que o importante mesmo é viver a vida, ter amigos, cuidar da família e, acima de tudo, lutar por um mundo mais justo – concluiu.



Para Eduardo Suplicy, Niemeyer valoriza coisas simples da vida

Francelino elogia zelo do arquiteto com Brasília

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) lembrou “as belezas e os ensinamentos” da obra de Oscar Niemeyer, em sessão especial em homenagem aos 95 anos de idade do mais importante arquiteto brasileiro.

– Não há como não exaltar a arquitetura de Niemeyer, que a cada momento nos surpreende com novas e fulgurantes belezas.

Francelino destacou as obras recentes do arquiteto, como o Novo Museu em Curitiba e o novo auditório do complexo do Parque do Ibirapuera, em São Paulo. Além disso, ressaltou o zelo de Niemeyer com Brasília, sua maior obra.

O senador observou que há poucos anos Niemeyer esteve no Congresso, apresentando o projeto da obra que vai completar o conjunto dos prédios que abrigam o Congresso Nacional, fa-

zendo com que sua frente fique voltada para a Praça dos Três Poderes. O conjunto foi projetado originalmente dessa forma, mas, com a implantação do parlamentarismo, que se estendeu por um ano a partir de agosto de 1961, Niemeyer foi chamado a criar novos gabinetes, os quais ficaram localizados no lado leste no prédio principal, tirando a visão da Praça dos Três Poderes.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), em aparte, disse que, se houvesse um Prêmio Nobel para a arquitetura, Niemeyer já o teria recebido. Cabral ressaltou ainda que o Senado não só homenageia o arquiteto, mas reconhe-



Francelino: “Arquitetura que surpreende com novas e fulgurantes belezas”

ce sua integridade, genialidade e honestidade.

Lembrando a trajetória de Niemeyer, que começou com o projeto da Pampulha, em Belo Horizonte, Francelino disse que o arquiteto era exatamente o que o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, procurava para dar vazão à sua audácia e otimismo de construir uma nova capital para o Brasil.

O senador ressaltou a beleza plástica do Palácio da Alvorada, do Palácio do Planalto, do Itamaraty, do Ministério da Justiça, da Catedral, do Congresso Nacional e dos novos prédios que ainda surgem, como o Panteão da Liberdade e da Democracia, o

Memorial JK, a sede do Superior Tribunal de Justiça e a novíssima sede da Procuradoria Geral da República, além dos anexos do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União.

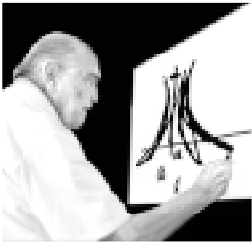
ARQUITETURA LIVRE

Francelino lembrou o que o arquiteto afirmou sobre seu próprio trabalho: “É uma arquitetura mais livre, em que a curva é mais freqüente, mais ligada às velhas coisas brasileiras. O Palácio da Alvorada, por exemplo, se verá que ele tem a predominância horizontal das casas de fazenda, a varanda que ampliava as salas, a primeira capela. Não pensei em nada disso quando fiz o projeto, mas, sem querer, há uma influência. Corbusier me disse que eu tinha as montanhas do Rio nos meus olhos. A gente guarda tudo o que amou na vida: montanhas, rios, o ambiente brasileiro, mulheres, etc.”

Jucá exalta prêmios para mais de 500 obras catalogadas em 71 anos de trabalho

Na homenagem prestada pelo Senado ao 95º aniversário de Oscar Niemeyer, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou as obras e prêmios do arquiteto. O parlamentar assinalou que, em 71 anos de trabalho ininterrupto, Niemeyer teve mais de 500 trabalhos catalogados.

O representante de Roraima citou, entre outros, o conjunto arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte (MG); os monumentos da capital federal, como o Palácio do Planalto, o Palácio da Alvorada, o Congresso Nacional e a Catedral; o Memorial da América Latina, em São Paulo (SP); o Sambódromo, no Rio de Janeiro; o Museu de Arte Contemporânea, em Niterói (RJ); a sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York (Estados Unidos); a sede do Partido Comunista, em Paris (França); o Centro Cultural, em Milão (Itália); a universidade e o centro cívico e administrativo em Argel



(Argélia); e a embaixada brasileira em Havana (Cuba).

– Se é certo que poucos têm a ventura de uma existência tão longa, muitíssimo menor é o número daqueles que, qualquer que seja o seu tempo de vida, conseguiram presentear seus semelhantes com uma obra tão vasta e de equivalente beleza e originalidade – afirmou o senador.

Romero Jucá salientou que Niemeyer está hoje dedicado a diversos projetos, como a construção de um centro cultural em Curitiba (PR), planos de expansão em Brasília e no Parque Ibirapuera, em São Paulo, além do Caminho Niemeyer, em Niterói, do qual fazem parte 15 prédios, entre eles um anfiteatro, um restaurante, uma capela, a Catedral Metropolitana, o Templo da Igreja Batista e a sede da Fundação Niemeyer. Há, ainda, a construção de um grande auditório na Itália e um prédio de escritórios em Moscou (Rússia).



Romero Jucá observa que Niemeyer dedica-se hoje a diversos projetos

Vários prêmios conquistados pelo arquiteto foram citados pelo senador, entre eles o Pritzker Architecture Prize de 1988, considerado o Prêmio Nobel da arquitetura; Brasileiro do Século, na área de arquitetura e artes plásticas, em pesquisa de opinião pública na qual obteve 83% dos votos; e Arquiteto do Século, na escolha do Instituto dos Arquitetos Brasileiros. Romero Jucá ainda ressaltou a existência de 230 publicações sobre a obra de Niemeyer, em turco, libanês, português, alemão, holandês, inglês, japonês, russo, italiano e francês.

“Contra a miséria me manifestei a vida inteira”

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) homenageou Oscar Niemeyer em discurso lido em Plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo Simon, o maior arquiteto brasileiro vivo e um dos maiores do mundo é um exemplo pela sua vida dedicada plenamente ao trabalho. O parlamentar lembrou que Niemeyer também se destaca

Pedro Simon abordou também a posição de Oscar Niemeyer diante da vida.

– É notório o desinteresse do arquiteto pelo dinheiro, além da vontade de ajudar as pessoas, características que orgulham Niemeyer – disse o senador, lembrando as palavras do arquiteto sobre o desapego ao dinheiro.

“Ninguém imagina quantas vezes trabalho graciosamente, como divido com meus amigos os projetos que elaboro. Nunca me preocupei com dinheiro, adaptando-me às incertezas e imprevistos da vida”, relata Niemeyer num trecho do livro.



Pedro Simon cita livro e resalta aspectos humanos de Niemeyer

Simon preferiu concentrar sua homenagem nos aspectos humanos. O parlamentar reuniu fragmentos do livro de memórias de Oscar Niemeyer, *As Curvas do*

Tempo, para exemplificar a genialidade, presente desde o início de sua carreira. Na obra, Niemeyer relembra sua participação na construção de Brasília e descreve o entusiasmo do então presidente Juscelino Kubitschek. “Oscar, vamos construir a capital do Brasil. Uma capital moderna. A mais bela capital desse mundo”, disse certa vez JK.

“Ninguém imagina quantas vezes trabalho graciosamente, como divido com meus amigos os projetos que elaboro. Nunca me preocupei com dinheiro, adaptando-me às incertezas e imprevistos da vida”, relata Niemeyer num trecho do livro.

Ainda citando o livro de Niemeyer, Pedro Simon transcreveu trecho que demonstra a forte convicção socialista do arquiteto, que foi um dos membros mais destacados do Partido Comunista Brasileiro. “Do mundo, da relação entre os homens, revolta-me a injustiça imensa que existe, os separa e desmerece. E me fiz comunista, e contra a miséria me manifestei a vida inteira.”

Lobão: “Somos beneficiários de sua genialidade”

Para o presidente em exercício do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), Oscar Niemeyer faz parte do restrito número de brasileiros que não necessitam ser nomeados embaixadores para que possam representar o país. O autor do projeto arquitetônico de Brasília, segundo o senador, é o “esteta da criatura”.

– A sua arte foi consagrada no mundo inteiro. Nós mesmos, que habitamos este Plenário, somos beneficiários de seu talento e da sua genialidade.

Lobão também citou, entre outros brasileiros especiais, Rui Barbosa, “que se ergueu no exterior como lumiar do direito”, e Pelé, “que construiu o orgulho dos brasileiros nos esportes”.



José Cruz

Para Lobão, arquiteto é “esteta da criatura”



Célio Azevedo

Luiz Otávio: homenagem rara a um homem vivo

Luiz Otávio lembra Memorial da Cabanagem

O senador Luiz Otávio (PMDB) destacou as ligações que o seu estado, o Pará, tem com Oscar Niemeyer, durante a homenagem prestada pelo Senado ao arquiteto, que completa 95 anos. Ele lembrou o Memorial da Cabanagem, localizado na entrada de Belém, cujo projeto é do arquiteto. O monumento faz referência à Cabanagem, uma das mais importantes revoltas do período da Regência, que teve como destaque o seu caráter eminentemente popular.

– Esta homenagem é importante principalmente por estar sendo prestada a um homem ainda vivo. Normalmente os homenageados estão mortos. É após a morte que os homens são reconhecidos como grandes e reverenciados. Agora temos a oportunidade de, em vida, saudar um cidadão como Oscar Niemeyer – afirmou Luiz Otávio.

Projetos que se espalham pelo mundo

Oscar Niemeyer nasceu no Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1907. Formado pela Escola Nacional de Belas Artes, Niemeyer foi responsável por obras históricas, entre elas o conjunto arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte, obra ousada e inovadora, que se constituiria em um marco da arquitetura moderna e da trajetória de Niemeyer.

Em 1947, é convidado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a participar da comissão de arquitetos encarregada de definir os planos de sua futura sede em Nova York. Em 1956, inicia sua colaboração na construção da nova capital do Brasil, cujo plano urbanístico é confiado a Lúcio Costa. Nomeado arquiteto-chefe da nova capital, transfere-se para Brasília, em 1958, onde permanece até 1960.

Em 1972, abre um escritório em Paris, passando a realizar também grande número de projetos no exterior, como a sede do Partido Comunista Francês, em Paris, a Universidade de Constantine, na Argélia, e a sede da Editora Mondadori, em Milão.

Tem sua obra exposta em diversos países, e é detentor de muitas homenagens e distinções, como a Ordem de Comendador das Artes e Letras e a Medalha de Ouro da Academia de Arquitetura de Paris, o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de São Paulo e o Prêmio Leão de Ouro, na 6ª Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza.

Valmir: TCU continuará luta contra desvio e desperdício

Novo presidente, que exerceu mandato de senador entre 1991 e 1997, diz que desempenhará função com “serenidade e moderação”

Ao tomar posse, ontem, na presidência do Tribunal de Contas da União (TCU), o ministro e ex-senador Valmir Campelo afirmou que “a luta pela eliminação das duas maiores chagas da vida política – o desvio e o desperdício – continuará sendo uma das prioridades do tribunal”. Campelo, que sucede no cargo ao ministro Humberto Souto, disse que exercerá a função com “moderação, serenidade e discernimento”. Ele presidirá o tribunal até dezembro de 2004.

O TCU detém inúmeras funções atribuídas pela Constituição, entre elas a de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta. Compete também ao tribunal realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados ou do Senado, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial em órgãos dos três Poderes.

O TCU compõe-se de nove ministros, possui quadro próprio de pessoal e tem jurisdição em todo o país. Conta, ainda, com três mi-



À posse de Valmir Campelo na presidência do Tribunal de Contas da União estiveram presentes autoridades dos três Poderes e inúmeros convidados

nistros-audidores que substituem os ministros em suas ausências.

À cerimônia de posse, no Auditório do TCU, compareceram o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello; o vice-presidente da República, Marco Maciel; o primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA); os senadores José Alencar (PL-MG), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Paulo Souto (PFL-BA), Renan Calheiros (PMDB-AL), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Arlindo Porto (PTB-MG); e o primeiro-vice-

presidente da Câmara, deputado Efraim Morais (PFL-PB).

Cearense de Crateús, Valmir Campelo foi deputado federal no período compreendido entre 1987 a 1991, e senador entre 1991 e 1997, tendo se afastado do mandato para assumir o cargo de ministro do TCU.

O novo vice-presidente do tribunal, que também tomou posse ontem, é Adylson Motta, gaúcho de São Luiz Gonzaga, que foi deputado estadual de 1978 a 1982, deputado federal em 1986, 1990 e 1994, e ingressou no TCU em 1999.

Lançada a biografia de Bornhausen

A biografia do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) foi lançada ontem no Salão Negro do Congresso Nacional. Escrito pelo jornalista Luiz Gutemberg, o livro traz relatos da trajetória do presidente do Partido da Frente Liberal, abordando os principais fatos dos últimos 35 anos da política brasileira presenciados por Bornhausen.

A obra conta, entre outras histórias, episódios da época em que Bornhausen participou do governo de Fernando Collor. Há também revelações dos bastidores da crise com o governo federal, em reação à operação que culminou na apreensão de R\$ 1,3 milhão na empresa Lunus, de propriedade da então governadora e senadora eleita pelo Maranhão Roseana Sarney.

O livro é o segundo volume da coleção “Biografias Monitoradas”, publicada pelas Edições Dédalo.



O vice-presidente Marco Maciel (E) com Bornhausen no lançamento do livro



“Vamos aproveitar bem o tempo”, afirma Tebet ao informar que as atividades se estenderão até o dia 20

Tebet anuncia prorrogação dos trabalhos do Congresso

Devido às dificuldades de ultimar as votações do projeto de Orçamento da União para 2003, o presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou, ontem, a prorrogação dos trabalhos do Congresso Nacional até o próximo dia 20. Ele disse, ainda, que a decisão foi tomada de comum acordo com o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves.

Tebet fez questão de indicar que a prorrogação não implica pagamentos adicionais, seja a parlamentares, seja a funcionários. Ele afirmou, também, que o Senado terá tempo de votar a Medida Provisória nº 66, sobre mudanças na área tributária, que já teve sua votação encerrada na Câmara, além de outras matérias de relevância. “Vamos apro-

veitar bem o tempo”, garantiu.

ORDEM DO DIA

O Senado aprovou ontem o projeto de lei do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que prorroga até 31 de dezembro de 2003 o prazo para que os detentores de títulos de alienação ou de concessão de terras feitas pelos estados, nas faixas de fronteira de até 150 km, e ainda não ratificados, requeiram junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a sua ratificação. O projeto foi enviado à Câmara dos Deputados.

Foram aprovados também projetos de decreto legislativo que outorgam, autorizam e concedem autorizações para explorações de emissoras de rádio comunitárias, em ondas médias e tropicais.



CARREIRO RECEBE MEDALHA

Em solenidade realizada ontem no Ministério da Cultura, o secretário-geral da Mesa do Se-

nado Federal, Raimundo Carreiro, recebeu a Medalha do Centenário JK.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Wilson, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti